



Universidade de Brasília
Campus Planaltina/FUP
Graduação em Gestão do Agronegócio

Leonardo Mesquita dos Santos

**ACESSO AS POLÍTICAS PÚBLICAS PELOS ASSENTADOS DA REFORMA
AGRÀRIA DO MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE**

Planaltina-DF
2016

Leonardo Mesquita dos Santos

**ACESSO AS POLÍTICAS PÚBLICAS PELOS ASSENTADOS DA REFORMA
AGRÀRIA DO MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE**

Relatório final de Estágio
Supervisionado Obrigatório
apresentado à Universidade de
Brasília, como requisito parcial para
obtenção do título de bacharel em
Gestão do Agronegócio.

Orientador: prof. Dr. Mauro Eduardo
Del Grossi

Planaltina-DF

2016
DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a toda a minha família, pelo apoio imensurável que eles sempre me deram, pela dedicação e zelo dos meus pais na minha criação e educação e pelo companheirismo da minha irmã, agradeço também a todos os meus tios e tias pelo apoio de disposição, e agradeço em especial aos meus avôs (Militão e Romana, Nadir e Ana).

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo fazer um diagnóstico do acesso as políticas agrárias e agrícolas dos assentados e agricultores familiares no município de Guarantã do Norte - MT. O trabalho visa utilizar dados levantados pelo projeto Regularização Ambiental e Diagnóstico dos Sistemas agrários dos Assentamentos da Região Norte do Estado do Mato Grosso, com o objetivo de entender como funciona e como são empregadas as políticas públicas estudadas. Os métodos de pesquisa utilizados foram descritivos e qualitativo. Os dados levantados pelo RADIS foram feitos através de questionário feito pelo projeto em parceria com o INCRA, os dados levantados pelo autor foram levantados através de pesquisa exploratório nos arquivos governamentais. Apesar das famílias tem sido beneficiada como assentados da reforma agrária, a pesquisa realizada pelo projeto evidenciou dados alarmantes, onde os programas PAA e PNA não foram acessados pelos assentados, evidenciando possíveis falhas de cobertura nas políticas públicas agrárias e agrícolas na região estudada.

Palavras-chave: Assentados. Levantadas. Trabalho.

ABSTRACT

This work has the objective of making a diagnosis of the access to agrarian and agricultural policies of settlers and family farmers in the municipality of Guarantã do Norte - MT. The aim of this study is to use data from the Environmental Regularization and Diagnosis of Agrarian Systems of Settlements in the Northern Region of the State of Mato Grosso, in order to understand how the public policies studied are used and how they are used. The research methods used were descriptive and qualitative. The data collected by the RADIS were made through a questionnaire made by the project in partnership with INCRA, the data collected by the author were collected through an exploratory research in the government archives. Although families have benefited as settlers of the agrarian reform, the research carried out by the project showed alarming data, where the PAA and PNA programs were not accessed by the settlers, evidencing possible failures of coverage in the agrarian and agricultural public policies in the studied region.

Keywords: Seated. Lifted. Job.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que sempre esteve ao meu lado, por conceder-me a vida repleta de sonhos, e por guiar-me durante essa caminhada. Agradeço também aos meus familiares, pelo apoio dado durante toda a minha graduação. Agradeço aos meus pais Antônio Moreira dos Santos e Maria Mesquita dos Santos que nunca mediram esforços para me dar do bom e do melhor e mesmo com esforço sobre humano, me proporcionaram a oportunidade de mudar a minha realidade, fazendo jornadas duplas e triplas para isso. Agradeço a minha irmã Larissa de Fatima Mesquita dos Santos, que sempre esteve ao meu lado como amiga.

A todos os professores do curso de Gestão do Agronegócio da Faculdade UnB Planaltina, pela excelente gama de conhecimentos transmitidos. Em especial agradeço a meu orientador Professor Mauro Eduardo Del Grossi, pela sua fundamental ajuda e por ser essencial na realização deste trabalho.

Agradeço aos meus colegas Lorena Côrte Ribeiro, Felipe Nogueira Rodrigues e Mayara Barreto Irineu, pelo companheirismo, ajuda e amizade, valeu galera!

Aos meus amigos de faculdade, Ana Paula Reis, Adisson Castro e Bianca Barros, muito obrigado por tudo!

Ao Projeto Radis e seus colaboradores, pela excelente oportunidade de participar e agregar de alguma forma a esse grandioso projeto, em especial ao Fabiano Ruas, que me ajudou de várias formas.

Muito obrigado!

ABREVIATURAS

MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS- Ministério do Desenvolvimento Social;

CONAB- Companhia Nacional de Abastecimento;

PAA- Programa de Aquisição de alimentos;

PNAE- Programa Nacional de Alimentação escolar;

PGPM- Políticas de Garantias de Preços Mínimos;

PRONAF- Programas Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar;

GN- Garantã do Norte;

MAPA- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

CAR- Cadastro Ambiental Rural

SIM- Serviço de Inspeção Municipal

DAP- Declaração de Aptidão ao Pronaf

EGF - Empréstimo do Governo Federal

AGF - Aquisição do Governo Federal

RADIS- Regularização Ambiental e Diagnóstico dos Sistemas agrários dos Assentamentos da Região Norte do Estado do Mato Grosso

FCO- Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste

BB- Banco do Brasil

SIF- Serviço de Inspeção federal

PIB- Produto Interno Bruto

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e estatística

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE	10
2.1.Dados Demográficos	11
2.2. Assentamentos.....	11
2.3. Mapa do Município de Guarantã do Norte.....	12
3. DESENVOLVIMENTO	12
4. REVISÃO DE LITERATURA	15
4.1 Importância das políticas públicas agrária para o município de	16
Guarantã do Norte	16
4.2. Gargalos das políticas públicas agrícolas para os assentamentos da.....	16
reforma agrária	16
4.2.1. Gargalos do PAA	17
4.2.2. GARGALOS DO PNAE.....	18
4.2.3.GARGALOS DO PRONAF.....	19
4.2.4 GARGALOS DA PGPM	20
5. METODOLOGIA	20
6. RESULTADOS E ANÁLISE	21
6.1. Programa de Aquisição de Alimentos	22
6.2. Programa Nacional de Alimentação Escolar.....	24
6.3. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar	25
6.4. Política de Garantias de Preços Mínimos.....	26
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	27

1. INTRODUÇÃO

Uma leitura rápida de nosso passado já é capaz de nos oferecer uma compreensão satisfatória do poder da terra. Para isso, basta lembrar que a Brasil colônia foi dividido em capitanias hereditárias e que sua produtividade era fundamentada pelo sistema de plantation, ou seja, grandes latifúndios produzindo para a metrópole Portugal (JÚNIOR, ANTONIO, 2012, p.296). Em razão deste e outros fatos, a nossa política desenvolveu-se quase toda em volta do poder da terra, um exemplo disso é o coronelismo no Nordeste, e moldaram-se as classes sociais. E até hoje a banca mais forte dentro da câmara e do senado é a bancada ruralista. As políticas de reforma agrária vieram para tentar quebrar essa ótica ou pelo menos diminuir a concentração das terras, mas nem sempre estas políticas desempenham o seu papel.

Este trabalho se propôs a discutir como estas políticas públicas estão sendo utilizadas na tentativa de mudar esse panorama na região que há uma das maiores concentrações de terras do mundo, como essas políticas estão ou deveriam estar ajudando os assentados a viver da terra.

O projeto Radis-MT/FUP-UnB é um projeto que visa levantar as propriedades que tem o cadastro Ambiental rural dentro dos assentamentos pré-estabelecidos e levantar o desmatamento destes, fazendo o mapeamento destas áreas, segundo o projeto (RADIS), uma vez que os líderes em desmatamento na Amazônia são os assentamentos. O projeto é dividido em 3 fases, sendo que, a primeira fase conta com dez municípios, com um total de 26 municípios e 81 assentamentos previsto, que serão atendidos pelo projeto. O Radis foi viabilizado através de uma parceria entre Instituto Nacional de Colonização e reforma agrária (Incra) com a Fundação Universidade de Brasília (Unb) e o prazo de execução do projeto era inicialmente de outubro de 2014 a janeiro de 2016, prazo este que foi prorrogado recentemente. Nesta região existem 126 assentamentos, sendo que, em Guarantã localizam-se seis deles.

Objetivo Geral: Discutir o acesso as políticas agrícolas pelos assentados do Município de Guarantã do Norte;

Objetivos Específicos:

Identificar o acesso as políticas públicas de apoio à comercialização pelos assentados na região estudada;

Identificar possíveis gargalos;

Identificar problemas institucionais.

2. HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE

Com o advento da revolução verde, e quase simultaneamente a implantação da ditadura militar, os grandes latifúndios começaram a ganhar muita força no país, além disso o modelo de estado e o contexto político da época exigia uma maior distribuição demográfica do país, junte-se a isso o encarecimento das terras nas grandes regiões produtoras e o vasto plantel de terras virgens no cerrado e principalmente no norte do país e seu preço muito inferior as demais regiões já exploradas, teremos uma migração em massa de muitos produtores e sertanejos de todas as regiões do país pra o Centro norte do país. Neste período Guarantã do Norte começa a ser formada, entre as décadas de 70/80 impulsionada pelas políticas de reforma agrária e segurança nacional, nesta época que Surgi o Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária (INCRA).

O objetivo destes programas era colonizar o centro norte do país e sanar diversos problemas demográficos e evitar possíveis invasões no Brasil, que envolvia desde de pequenos agricultores rurais no sul do país, sem-terra e outros. Em consequência destes fatos citados, em 1979 foi criado pelo INCRA nesta região, dois grandes assentamentos, com uma área de mais de 400 mil hectares, no então município de Colíder/MT. Estes dois assentamentos mais tarde foram elevados a categoria de distrito, com a denominação de Grarantã do Norte, que mais tarde em 1987 foi transformada no município de Guarantã do Norte. Em 1996 foi criado o município de Novo Mundo, no outro distrito de Guarantã do Norte.

Devido a não efetivação dos projetos de assentado Peixoto de Azevedo, em 1994 foram criadas e efetivados mais quatro assentamentos, todos estes na área que viria a ser do município de Novo Mundo. Estes municípios fazem parte do arco do desmatamento do norte do MT.

O produto interno bruto do município não segue a tendência do estado, de ter na agropecuário a atividade de maior importância econômica, o PIB de Guarantã segue a linha das atividades econômicas Brasileiras, tendo no setor de serviço sua maior representatividade e importância para a economia.

Quadro 1: PIB Guarantã do Norte

Produto Interno Bruto (Valor Adicionado)			
Variável	Guarantã do Norte	Mato Grosso	Brasil
Agropecuária	47.304	10.743.851	105.163.000
Indústria	78.828	6.229.481	539.315.998
Serviços	173.770	16.418.854	1.197.774.001

Fonte: IBGE

2.1.Dados Demográficos

O município de Guarantã do Norte conta hoje com 32.216 habitantes, os quais 70% deste tem de 15 a 64 anos, sua população economicamente ativa gira em torno desta porcentagem também. O município conta hoje com seis assentamentos, que contam hoje com mais de 155 mil hectares. A principal atividade econômica de Guarantã é a pecuária, esta conta hoje com 192 mil hectares de pastagem e um rebanho estimado em 322 mil cabeças de gado, o município conta ainda, com 192 mil ha de vegetação nativa e 61.395 ha de reserva indígenas e segundo o (RADIS,2016), 51,60 % do município já tinha sido desmatado em 2015.

2.2. Assentamentos

Os assentamentos existentes hoje em Guarantã são:

Quadro 2: Assentamento de Guarantã do Norte:

Nome	Área	Nº de famílias assentadas	Ano de implantação
PA CACHOEIRA DA UNIÃO	13.272,4503	145	29/12/1995
PA HORIZONTE II	10.300,0000	213	24/05/1996
PA BRAÇO SUL	115.050,0000	1.882	30/03/1981
PA SÃO CRISTÓVÃO	2.876,6250	38	29/12/1995
PA SÃO JOSÉ	6.914,3668	110	29/12/1995
PA IRIRIZINHO	7.250,5673	72	19/12/1997

--	--	--	--

Fonte: Projeto PRODIS

2.3. Mapa do Município de Guarantã do Norte



Fonte: <http://maps.lapig.iesa.ufg.br/>

3. DESENVOLVIMENTO

As políticas públicas são programas de governo, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que buscam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico. As políticas públicas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas, comunidades, coisas ou outros bens materiais ou imateriais.

Caracteriza-se como política pública o sistema de metas e planos pensados pelos três entes federativos – união, estados e municípios – para alcançar o bem-estar da população. Porém, nem sempre essas políticas organizadas pelo governo representam de fato as necessidades apontadas pela sociedade de maneira geral. Por isso, a sociedade civil organizada se faz fundamental no processo de incidência junto ao poder público, cobrando políticas que tenham relação com as necessidades reais da população.

O estado desempenha em nossa sociedade sofreu inúmeras mutações ao passar do tempo. No século XVIII e XIX, seu principal objetivo era a segurança pública e a defesa externa em caso de ataque inimigo, desde então a função social do estado em prover, saúde, educação e políticas de inclusão social.

O Agronegócio Brasileiro é conhecido mundialmente por sua grande importância na produção de alimentos e na economia Brasileira. Contudo, ele ainda é muito heterogêneo. Há agricultores extremamente capitalizados e produzindo em escalas absurdas e outros com recursos insuficientes para produzir o alimento para sua própria subsistência.

A agricultura familiar, apesar da sua relevância para a produção de alimentos no Brasil, sempre foi deixada de lado pelas políticas públicas, O Plano Nacional para o Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), apesar que inicialmente o programa tivesse outros objetivos, como a comercialização e a infraestrutura, teve um papel importante no crédito rural. Segundo o (DECRETO Nº 1.946, de 28 de JUNHO de 1996)

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda.

O PRONAF é financiador de projetos individuais ou coletivos, gerando renda para agricultores familiares e assentador, trabalhando com a mais baixa taxa de juros do mercado para financiamentos rurais, o programa também tem as menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do país. Segundo o (MDA,2016): O agricultor familiar deve avaliar o projeto que pretende desenvolver. Os projetos devem gerar renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Podem ser destinados para o custeio da safra, a atividade agroindustrial, seja para investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura. A renda bruta anual dos agricultores familiares deve ser de até R\$ 360 mil (MDA,2016).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem suas raízes na década de 40/50 e era chamado de conjuntura alimentar, tendo o objetivo de: capacitar nutricionistas, conselheiros, merendeiros, gestores públicos e agricultores familiares, entre outros. O programa hoje é um dos maiores programas de alimentação escolar do mundo, apesar da sua dimensão o programa só veio contemplar os agricultores familiares em 2009, com a lei 11.947/2009, que determinou que, no mínimo de 30% dos recursos

repassador pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) fossem utilizados na aquisição de alimentos produzidos pela Agricultura familiar(FNDE, 2016

O PNAE é um exemplo para outros programas de alimentação escolar que estão sendo implementados, segundo (BELIK, SILIPRANDI,2012 apud AROUCHA, 2012, p.57): São poucos os programas de alimentação escolar espalhados pelo mundo. Normalmente, as refeições servidas nas escolas não partem de uma política pública, mas sim de uma relação privada entre a escola o estudante, o modelo adota pelo programa o torna único no mundo, modelo este que vai desde de acompanhamento nutricional, aquisição de parte dos alimentos da agricultura familiar, ajudando no fortalecimento da economia e agricultura das microrregiões do país.

Em apenas três países (Brasil, Panamá e Chile) as refeições são garantidas para todo ano letivo e em caráter nacional. Nos dois últimos, no entanto, a alimentação não é universal e sim seletiva e focalizada. No Chile, por exemplo, todos os alunos desfrutam do mesmo tipo de alimento, mas o seu pagamento ou isenção depende da condição de pobreza da família (BELIK; SILIPRANDI, 2012 apud AROUCHA, 2012, p. 57).

Segundo Ribeiro et al (2013, p.47):

O PNAE cria mecanismos para o fortalecimento dos agricultores familiares, a formação de hábitos alimentares saudáveis e o desenvolvimento local dos municípios brasileiros, por meio de compras públicas e permite o fortalecimento da agricultura familiar.

Outro programa que veio para fortalecer os agricultores familiares e assentados é o Programa de Aquisição de alimentos (PAA), criado em 2003 vem com o objetivo de enfrentar a fome e a pobreza do Brasil. Nesta direção o PAA faz uso da comercialização e aquisição direta da agricultura familiar, de suas associações, comunidades indígenas e demais comunidades tradicionais, formando estoques estratégicos para atender as populações vulneráveis. Parte dos produtos ainda são oferecidos através de doações para entidades da rede socioassistencial, e diversas outras instituições inclusive ao governo federal.

As compras dos produtos pelo PAA podem ser feitas sem licitações e nunca a um preço maior que o praticado naquela microrregião, os beneficiários do programa são: "agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e demais povos e comunidades tradicionais ou empreendimentos familiares rurais portadores de DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf" (MDA, 2016). Os órgãos executores são o MDA, MDS em parceria com a Conab e os membros federativos.

O programa é dividido em cinco modalidades, são elas: compra da agricultura familiar para doação simultânea, formação de estoques pela agricultura familiar, PAA leite e compra institucional. O principal executor do programa é a CONAB e a principal

fonte de recursos é o MDS. O programa vem sofrendo com drásticos cortes em seu orçamento devido à crise financeira.

A PGPM foi criada para dar segurança aos agricultores caso o mercado esteja instável ou em casos de superproduções.

A Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) teve origem no ano de 1943, com a criação da Comissão de Financiamento da Produção (CFP, posteriormente transformada em Companhia de Financiamento da Produção) e consiste em um mecanismo específico de política de rendas para a agropecuária, cujo intuito é evitar a grande oscilação de preços dos principais produtos agrícolas. Trata-se de um mecanismo que busca garantir ao produtor rural uma receita mínima por unidade de produto e, com isso, assegurar o abastecimento interno de alimentos. (CANCEIÇÃO, JÚNIA, 2015, p.130) A política de garantia de preços mínimos é a única política que não tem uma lei ou linha exclusiva para a agricultura familiar. Ela se insere na agricultura buscando diminuir os riscos inerentes à produção rural, uma vez que essa possui papel fundamental para a alimentação humana e animal, além de ser responsável pelo fornecimento de matérias-primas ao setor industrial. Logo, tal política busca dar suporte ao produtor rural, garantindo um preço mínimo de comercialização, de forma a reduzir possíveis prejuízos devido à queda dos preços de mercado. (COSTA, LEONARDO, 2015, p.3).

Complementando as ações de comercialização, é importante ressaltar também a criação da Política de Garantia de Preços Mínimos [PGPM] para os Produtos da Sócio biodiversidade (PGPM Bio) em 2008, garantindo um atendimento específico para os extrativistas no interior da PGPM, instituída ainda em 1945. Por meio da Lei nº 11.775, de 2008, estabeleceu-se a modalidade de Subvenção Direta, que assegura ao extrativista o recebimento de um bônus caso efetue a venda de seu produto por preço inferior aquele fixado pelo governo federal. Diferentemente do PAA e do PNAE, não se trata aqui de aquisições pelo poder público, mas de uma complementação financeira repassada diretamente aos extrativistas ou suas organizações até atingir o preço mínimo de comercialização. (GRISA, CATIA. SCHNEIDER, SERGIO, 2015, p.40)

4. REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura tratará acerca dos temas, importância das políticas públicas agrárias para o município de Guarantã do Norte e gargalos para as políticas agrárias para os assentamentos da reforma agrária. Os tópicos seguintes trarão uma explanação sobre esses dois temas citados. Os capítulos seguintes trarão a metodologia utilizada para o trabalho, e adiante, no capítulo dos resultados será analisado a realidade das políticas públicas nos assentamentos de Guarantã do Norte.

4.1 Importância das políticas públicas agrária para o município de Guarantã do Norte

Dentro das políticas públicas para a agricultura, o que tivemos, de fato, nas últimas quatro décadas, foi principalmente a política agrícola, já que a política agrária foi sempre marginal ou inexistente. Segundo Denardi (2001, p.57):

a) a política agrícola brasileira, em substância, sempre foi decidida em consonância com os interesses dos empresários do agribusiness; b) nas últimas duas décadas (anos 80 e 90), as políticas setoriais, inclusive a política agrícola, perderam importância e cederam espaço para as políticas macroeconômicas, sobretudo a partir dos pacotes econômicos e da liberalização; c) por fim, nos anos 90, passou-se a atribuir novos papéis para a agricultura e o meio rural, com destaque para a geração de emprego e a preservação ambiental.

Vale salientar que nos anos de 1990 a política destinada ao agricultor familiar de maior difusão foi e é o Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar (PRONAF), principalmente o PRONAF- custeio. Esse programa teve origem graças às reivindicações dos movimentos sociais rurais e sindicais e está presente em praticamente todos os municípios brasileiros. Segundo DENARDI (2001, p.58) “é a primeira política pública diferenciada em favor dos agricultores familiares brasileiros”. Esse panorama permanece o mesmo no município de Guarantã do Norte.

O Município de Guarantã do Norte ainda está engatinhando no acesso as políticas agrárias e agrícolas, os dados do município de acesso ao PAA por exemplo, mostram que nos anos de 2012 e 2013 nem teve acesso ao programa pelo município.

Dentre as políticas estudadas, a mais significativa para o município é o PRONAF. “De acordo com a Programação do FCO para 2014, o montante de recursos previstos para aplicação no exercício de 2014 é de R\$ 4.961,1 milhões, com origem nas fontes a seguir discriminadas.” (Fonte: Banco de Brasil). Esse recurso foi disponibilizado para o município de Guarantã e segundo o Mesmo relatório do BB só “no 1º semestre de 2014, foram realizados 119,1% dos recursos previstos para o 1º semestre de 2014 (R\$2.541,7 milhões)”. Estes dados mostram que a função do Pronaf está sendo cumprida com sucesso no município, pelo menos é este estudo está demonstrando.

Para Abramovay (2001) a esmagadora maioria dos conselhos de desenvolvimento rural formou-se no Brasil a partir de 1997, como condição para que os municípios recebessem recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em sua "linha" de infraestrutura e serviços. A política vem para ser uma

4.2. Gargalos das políticas públicas agrícolas para os assentamentos da reforma agrária

Um dos problemas comum a todos as políticas públicas agrícolas é a DAP, diz respeito à documentação exigida para acessar os programas agrícolas. Agricultores familiares, pescadores e extrativistas indicaram a necessidade da DAP como o principal problema. A DAP vem sendo um entrave na vida dos agricultores familiares, assentados, extrativista, ela deveria ser um facilitador e um identificador para os agricultores familiares e os assentados, mas não vem cumprindo eu papel, juntamente com o SIM Municipais e as falta de articulação dos produtores para fornecer alimentos o ano todo são as principais causas da falta de acesso dos produtores as políticas públicas. Segundo o MDA: “Atualmente, existem mais de 5,1 milhões de DAP’s ativas no Brasil. Quem pode requisitar segundo (MDA, 2016):

A Declaração pode ser emitida por pessoa física ou jurídica e contempla públicos específicos como: jovens, mulheres e assentados da reforma agrária. Ainda existe a DAP que inclui os agricultores familiares com renda anual de até R\$ 20 mil e a direcionada aos trabalhadores com renda anual superior a R\$ 20 mil e até R\$ 360 mil.

4.2.1. Gargalos do PAA

A política atende desde agricultores familiares a agricultores acampados da reforma agrária, a condição é a apresentação de um documento comprobatório da posse da terra a ser explorada para acessar a DAP impedi a participação de muitos agricultores. Não distante, a DAP tem sido um dos principais recursos para diferenciar agricultores familiares de outras categorias sociais ou empresas que veem no programa uma possibilidade de inserção no mercado. Quanto às instituições proponentes, estas, não raro, enfrentam dificuldades estruturais que as colocam em situação de débito, o que impede a obtenção de certidões negativas. (GRISA, SCHMITT, MATTEI; p.18, ano 2010)

A entrada no programa e o atraso na liberação dos recursos tem sido outra limitação às instituições e agricultores. Segundo Cordeiro (2007), esta dificuldade foi citada em todas as oficinas realizadas nas várias regiões do Brasil. Conforme a autora, Segundo Cordeiro (2007):

Os participantes argumentaram que os atrasos criam dificuldades políticas para as associações e cooperativas junto aos associados, dificultam o abastecimento da lista de produtos aprovada no projeto, criam dificuldades financeiras para os produtores e desestimulam a participação.

Este é um problema observado desde o começo do PAA, frustrando agricultores e mediadores, e gerando descrédito em relação a esta política pública e às ações do Estado.

Por fim, é relevante citar as deficiências de estrutura de armazenamento e conservação dos alimentos pelo programa até o momento do consumo; a carência de serviços de inspeção sanitária limitando a inclusão de produtos de origem animal; no caso da pesca, a ausência de energia e equipamentos de refrigeração restringe a participação de muitas famílias; o mesmo acontece com entidades e escolas favorecidas com as doações que, carecendo de energia elétrica e refrigeração, ficam excluídas do programa por não ter como conservar os alimentos (CORDEIRO, 2007)

4.2.2. Gargalos do PNAE

O PNAE desde meados de 2009 vem sendo uma política extremamente importante para os agricultores rurais e assentados, devido a lei 11.947/2009, esta lei veio implementar os 30 % do total dos alimentos comprados pelo programa para a alimentação escolar seja oriundo da Agricultura familiar, mas infelizmente essa lei é cumprida na minoria dos municípios.

A nutricionista Ivanilde Câmara salientou que a inserção dos alimentos da agricultura familiar na alimentação escolar de Canguaretama – RN só iniciou em 2013, devido à falta de interesse da gestão anterior, para isso, a nutricionista Ivanilde Câmara afirmou o seguinte, que “o gestor anterior não se interessou em inserir alimentos da agricultura familiar na alimentação escolar de Canguaretama – RN, mesmo tendo eu apresentando o programa aos responsáveis” (AZEVEDO, RAPHAEL, 2014, p.32)

Destacou ainda que, só tem conseguido implantar essa inserção devido ao grande interesse da atual gestão em cumprir a lei 11.947/2009. Além disso, ela pontuou que a falta de conhecimento do programa por parte do agricultor também é um ponto que dificulta a inserção, já que os mesmos têm receio em fornecer os seus alimentos para a gestão pública, já que existe uma falta de credibilidade com a gestão. (AZEVEDO, RAPHAEL, 2014, p.32)

Ivanilde afirma que:

Os agricultores temem não receber o dinheiro da mercadoria, já que o repasse é realizado apenas 30 dias após, pois é quando o Governo Federal repassa o recurso para a conta da alimentação, enquanto a comercialização em feiras públicas proporciona o pagamento à vista. Na verdade, eles temem ser enganados. (AZEVEDO, RAPHAEL, 2014, p.32)

O senhor Francisco Gomes também ressaltou que o município de CanguaretamaRN não inseriu alimentos da agricultura familiar na merenda escolar anteriormente por desinteresse da gestão anterior, o mesmo ainda informou que o

município passou por dificuldades durante a gestão de 2009/2013. Em seu trabalho Ribeiro et al (2013, p.42), destaca que:

Os resultados apontam a baixa participação dos produtores rurais ao programa, possivelmente em função da legislação exigida pelos órgãos mantenedores para atender exigências fiscais e inspeções municipais e estaduais aos produtos e a dificuldade de manter uma escala de produção de frutas e hortaliças em pequenas propriedades rurais com reduzida tecnologia agrícolas e mão de obra, e de outro, que seja garantida a qualidade e as quantidades programadas, bem como a pontualidade de entrega dos produtos por parte desses peculiares fornecedores, de modo que promova o desenvolvimento local e regional.

Em seu estudo, Saraiva et al (2013) constatou que “a maior causa para o não atendimento dos 30% de compra da Agricultura Familiar é a inviabilidade de fornecimento regular e constante”, ou seja, os agricultores não conseguem fornecer constantemente para a alimentação escolar. Segundo (SARAIVA, SILVA, SOUSA *et al*, 2012, p.933):

O planejamento requer a verificação das características dos diferentes produtos, pois alguns alimentos possuem ciclos produtivos mais longos, outros são mais sensíveis as alterações climáticas (sazonalidade), interferindo no abastecimento. Ao mesmo tempo, os agricultores precisam realizar um planejamento da produção dos alimentos, de acordo com a demanda para reduzir as oscilações e garantir uma oferta estável do produto.

4.2.3. Gargalos do PRONAF

Apesar do Pronaf ter se tornado um programa que cresce a cada ano, sendo símbolo de sucesso e prosperidade da agricultura brasileira, sendo uma política pública que dá retorno para o estado, os recursos do programa vêm se concentrando nos agricultores mais capitalizados.

A inovação institucional promovida pela democratização do crédito do PRONAF não tem sido suficiente para lançar as bases de um novo modelo de desenvolvimento no espaço rural brasileiro, pois este instrumento está repetindo, no seio da agricultura familiar, o viés concentracionista, setorial e produtivista do padrão de desenvolvimento agrícola em voga no país (AQUINO; SCHNEIDER, 2011, p.17)

Assim como Mattei (2006), Aquino (2009), na análise do PRONAF entre 1996 e 2007, alerta que a distribuição dos recursos do PRONAF privilegia as regiões mais ricas do País e os produtores familiares mais capitalizados. Desse modo, a nova versão do programa apoia-se na lógica evolucionista, em que os agricultores de maior renda tornam-se público preferencial, ampliando, assim, o limite da renda, sem mencionar que, até 2007, o programa possui caráter desigual e concentrador de recursos na região Sul. Sobre esse cenário. Aquino (2009) defende que esse quadro é fruto da própria lógica e estruturação normativa do programa, que apresenta caráter seletivo e excludente e ressalta que, para se chegar ao verdadeiro processo de desenvolvimento rural, é preciso que seja

discutida a qualidade da aplicação dos recursos e o tipo de desenvolvimento pretendido. (CALSAVARA, CRUZ, 2011, p. 5)

4.2.4 Gargalos da PGPM

Nos últimos anos dos anos 80, diminuíram significativamente na agricultura as aplicações de recursos públicos fiscais e financeiros. Com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com a criação do Orçamento das Operações de Crédito dentro do Orçamento Geral da União, a PGPM passou a depender de dotações fiscais específicas e a disputar recursos fiscais cada vez mais escassos. (DELGADO, 1995, p.7).

A crise fiscal no país penalizou a PGPM diminuindo drasticamente os gastos públicos com agricultura. Porém, a abertura comercial foi a grande responsável pelas modificações ocorridas no âmbito da política. Esse fato se deu porque a partir da década de 1990, a abertura comercial alterou a conjuntura econômica brasileira. (BARBOSA, 2016, p.41). Esse cenário da década de 90 está se repetindo atual, no ano passado houve diversos cortes nas políticas públicas, e uma das políticas afetadas foi a PGPM, o que ocasionou uma insegurança nos agricultores.

Outro fator que sempre impediu uma posição mais ativa da Política de Garantia de Preços Mínimos é “[...] o receio gerado pelo elevado gasto potencial desta política que, em um ano de superprodução agrícola combinado com queda brusca de preços, pode causar sérios problemas fiscais para o Estado [...]” (MINEO, 2010, p. 73). Está insegurança, é um dos problemas que faz com que a PGPM não exerça um papel mais preponderante nas políticas agrícolas Brasileiras.

5. METODOLOGIA

Os aspectos metodológicos deste presente trabalho consistem em uma pesquisa descritiva que pretende, de acordo com Triviños (1987, p. 112), descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade, exigindo para tanto uma série de informações acerca do tema em questão. Ou seja, o processo descritivo visa a identificação, registro e análise das características, fatores ou variáveis que se relacionam com o fenômeno ou processo. Esse tipo de pesquisa pode ser entendido como um estudo de caso onde, após a coleta de dados, é realizada uma análise das relações entre as variáveis para uma posterior determinação dos efeitos resultantes em uma empresa, sistema de produção ou produto (PEROVANO, 2014). A estratégia de pesquisa baseou-se em coleta de dados, realizada

através de pesquisa bibliográfica, documental e qualitativa. Na pesquisa bibliográfica Fonseca (2002, p.32), esclarece que os dados são obtidos através de fontes escritas a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web e sites. Já a pesquisa documental é realizada a partir de documentos contemporâneos ou retrospectivos, recorrendo a fontes mais diversificadas e dispersas, com tratamento analítico.

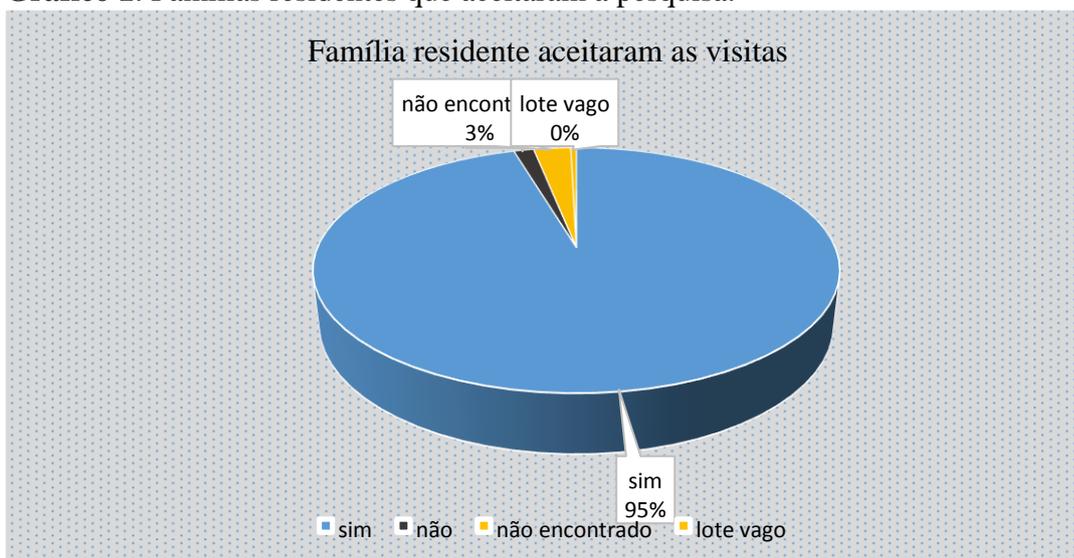
Os dados qualitativos do trabalho foram levantados pelo projeto Prodis, este, está fazendo um CAR dos assentados, de alguns municípios do norte do Mato Grosso, através de uma pesquisa e um questionário extremamente extenso, que contempla desde as atividades rurais, desmatamento da propriedade a demarcação dos lotes através de GPS. Dia 28 de Outubro fez 60 dias que as equipes de coleta estão fazendo as visitas para coleta de dados, são 18 pessoas divididas em 3 grupos, cada grupo conta com 3 pessoas, devido as dificuldades de acesso, em muitos casos essas equipes pernoitem nos assentamentos, para que aja uma eficiência logística e que não precisa e locomover grandes distâncias todos os dias. O presente trabalho vai abordar apenas 4 assentamentos do município estudado.

Para levantamento dos dados foi programado toda umas logísticas, desde a realização de seminários nas comunidades, para que aja uma boa aceitação dos pesquisadores, diferentes atuações de acordo com o tamanho do assentamento, todas essas dificuldades foram sendo superadas pelos pesquisadores, inclusive as medias de entrevistados que no começo era de 0,7 a 0,8 famílias por dia, passou a ser de 3 por dia

6. RESULTADOS E ANÁLISE

A coleta de dados realizada pelo projeto Radis, foi feita em quatro dos seis assentamentos existentes no município de Guarantã do Norte, estes foram: PA cachoeira da União, PA Horizonte II, PA Iririzinho e PA São Cristóvão, foram entrevistadas 479 famílias. Durante a entrevista 95% das famílias aceitaram a pesquisa, 3% dos assentados não estavam presentes. Mesmo havendo toda uma mobilização por parte do projeto, onde eles se aproveitam das reuniões mensais dos assentados para explicar o objetivo da pesquisa e quais os benefícios ela trará, foram encontrados dois lotes vagos e apenas sete famílias não aceitaram a entrevista, supostamente porque existem irregularidades e estas o deixam com medo, mesmo os entrevistadores esclarecendo para estes que não estavam ali para fiscalizar.

Gráfico 1: Famílias residentes que aceitaram a pesquisa.



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados do projeto RADIS, 2016.

Os dados do Prodis vêm mostrar que os assentados não acessam nem ao PAA e nem o PNAE, os dados levantados pelo questionário não contemplam o Pronaf e nem a PGPM, mas em uma conversa informal com o Ronilto, que é quem está à frente do pessoal de campo, foi citado o Pronaf, como a política mais acessada pelos assentados, mesmo existindo no município 217 Dap's de assentados, há apenas 50 ativas. Em Guarantã há 1378 declaração de aptidão ao Pronaf ativas, de um total de 1649 existentes no município segundo o (MDA, 2016).

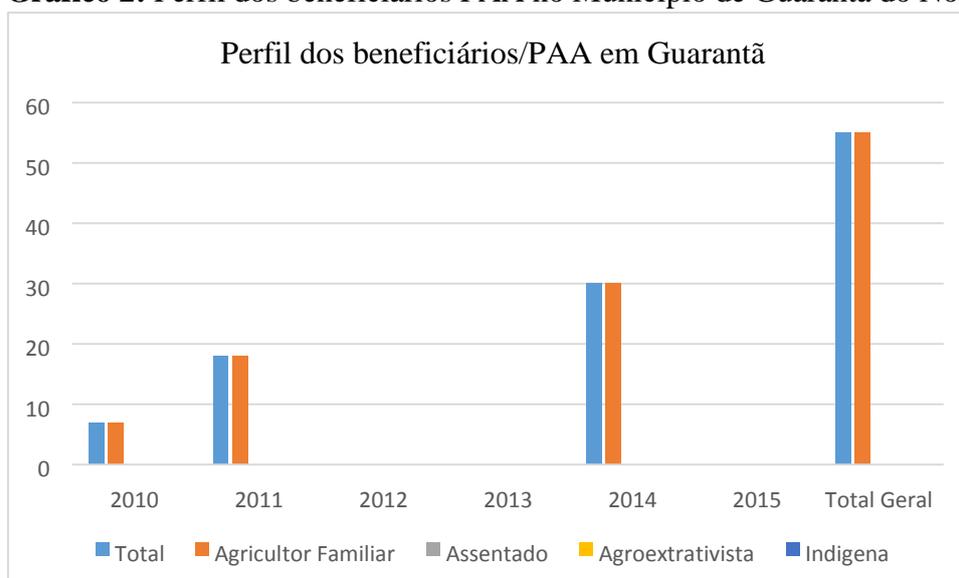
6.1. Programa de Aquisição de Alimentos

Para a participação no programa, o agricultor precisa ir até a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) local ou Conab para o registro e identificação para o acompanhamento e ajudas técnicas, certificadas pela Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ou ainda pela Declaração de Aptidão ao Programa de Aquisição de Alimentos (DAPAA). Historicamente ausente das políticas públicas, a comercialização da produção agrícola familiar sempre gerou frustração e desestímulo para os pequenos

agricultores, entregues, invariavelmente, a intermediários que, quando adquiriam suas colheitas, o faziam por preço vil. A criação do PAA, por instrumento legal, representou um marco na política agrícola brasileira. Sua implementação revela, de forma inédita, a presença do Estado na comercialização da pequena produção familiar.

Ao assegurar aos pequenos agricultores a aquisição de seus produtos, o governo lhes transmite segurança e, como os preços são remuneradores, eles se sentem incentivados a produzir mais e melhor. Com isto, em articulação com outras ações, elevase significativamente o padrão de vida do agricultor e de sua família e promove-se o desenvolvimento sustentável nas áreas menos assistidas do meio rural (CONAB, 2010). O Gráfico mostra como o acesso ao PAA é irregular, mesmo para não assentados, ele demonstra como é difícil para os agricultores familiares manter uma produção continua para que aja um fornecimento para o programa. No município de Guarantã o objetivo do PAA não vem sendo cumprindo.

Gráfico 2: Perfil dos beneficiários PAA no Município de Guarantã do Norte, 2016.

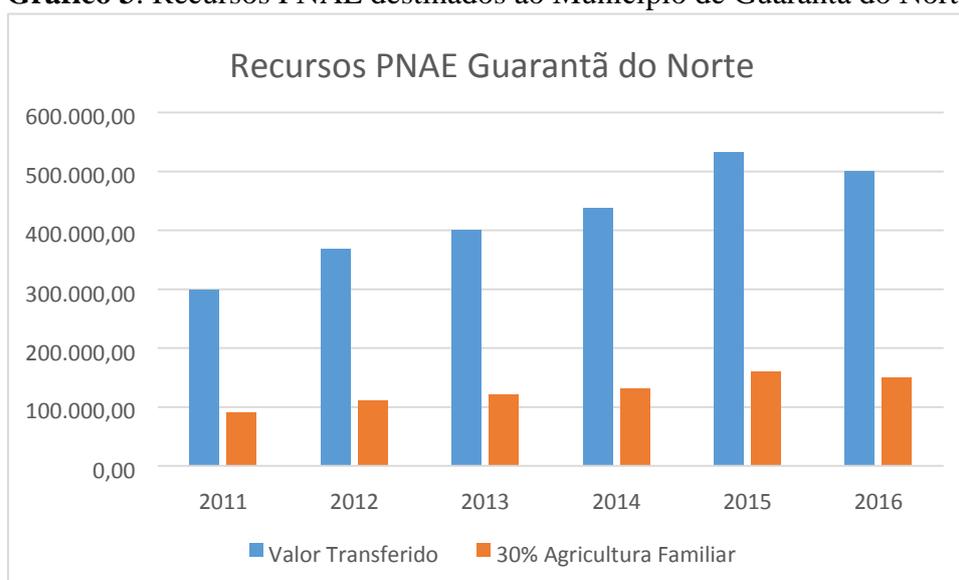


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do MDA, 2016.

6.2. Programa Nacional de Alimentação Escolar

O programa é executado por meio de chamada públicas, “elaborando o edital da Chamada Pública, respeitando os princípios do art. 37 da Constituição Federal e fornecendo informações suficientes para que os fornecedores apresentem corretamente os projetos de venda: tipos de produtos, cronograma das entregas (periodicidade, início e fim do fornecimento, entre outros), locais das entregas e quantidades.” (FNDE). O processo de divulgação dessas chamadas é feito em jornais e em lugares de grande circulação, através da publicação do edital nestes lugares. Após o processo licitatório, é feita uma análise nos alimentos a serem ofertados, respeitando a orientação do nutricionista responsável. Estes são algumas das etapas de execução do programa, outra etapa que por força de lei, passou a ser obrigatório a partir de 2009, foi a aquisição de pelo menos 30% dos alimentos da agricultura familiar e de preferência de estabelecimentos familiares da região.

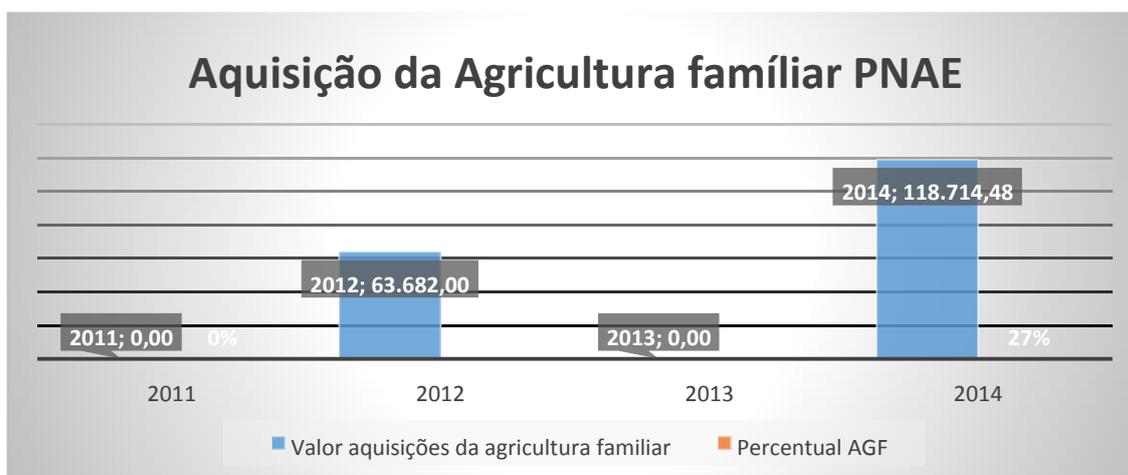
Gráfico 3: Recursos PNAE destinados ao Município de Guarantã do Norte, 2011-16.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do FNDE, 2016.

Os agricultores familiares e assentados tem uma grande dificuldade em fornecer produtos ao PNAE, devido à grande sazonalidade da sua produção, ocasionada pelas variações climáticas e pela falta de recursos que o agricultor está exposta, está vulnerabilidade possivelmente está se repetindo no município estudo, pois há produção, há Dap's ativas para fornecimento, há recursos, mas não está existindo acesso satisfatório por parte dos agricultores familiares, e não há nem um acesso por parte dos assentados.

Gráfico 4: Aquisições da agricultura familiar pelo PNAE no município de Guarantã do Norte, 2011-2014.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do FNDE, 2016.

6.3. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

O Pronaf é de longe a política mais acessada, no município de Guarantã do Norte, entre as quatro políticas abordadas pelo trabalho. O programa conta com um volume maciço de recursos, que vem numa crescendo significativa, nos últimos anos segundo dados do Banco Central.

Gráfico 5: Recursos cessados do Pronaf pelos agricultores familiares no Município de Guarantã do Norte, 2010-2012.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Banco Central, 2016.

O acesso ao Pronaf no município é feito principalmente pela modalidade custeio. A modalidade comercialização não houve acesso nos anos analisados, isso demonstrando mais uma vez o gargalo dos agricultores familiares e assentados em comercializar os seus produtos, parte dessa dificuldade poderia ser sanada se houvesse o acesso dos agricultores ao PAA e ao PNAE.

6.4. Política de Garantias de Preços Mínimos

A Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), é de responsabilidade da Conab, a companhia é responsável por sua execução. A atuação se faz por meio da Aquisição do Governo Federal (AGF), instrumento capaz de equilibrar a renda do produtor rural, do agricultor familiar e de suas cooperativas, frente a oscilação do preço no mercado (CONAB, 2016).

Isso significa comprar produtos agrícolas, formar estoques e vendê-los na hora certa para regularização do mercado consumidor. Nas economias em que a agricultura tem papel relevante, como, por exemplo, na agricultura familiar, existe a preocupação em estabelecer políticas de sustentação de renda para o setor. O governo brasileiro conta com mecanismos para corrigir as distorções próprias da atividade. Isso ocorre ao se reduzir o excesso eventual de oferta

A PGPM destoa um pouco das políticas abordados no trabalho, pois ela não é uma política exclusiva da agricultura familiar, como as outras três, ela vem para ser uma seguridade para os agricultores, mesmo em anos de superprodução.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho teve o intuito de analisar como as políticas agrárias e agrícolas estavam sendo empregadas no município de Guarantã do Norte-MT, como estas estavam sendo empregadas nesta microrregião, com o enfoque nos assentamentos do município. Ficou claro com os dados levantados que as políticas estudadas não estão cumprindo seu objetivo, nem para os assentados nem para os agricultores da região. Com exceção do Pronaf, todas as outras estão em desuso ou sendo mal aproveitada pelos assentados da região. O questionário do PRODIS contempla o PAA e o PNAE e não houve acesso pelos assentados, mesmo havendo DAP's ativas, o que lhes dariam a oportunidade de acesso a estas políticas.

Foi notado também, que o principal gargalo dos assentados e dos agricultores da região, é a comercialização dos seus produtos. As políticas agrícolas poderiam ser uma saída, tanto como destino da produção como viabilização de canais, através do Pronaf. Outras dificuldades que os agricultores da região possivelmente enfrentam, é a de escala e sazonalidade da sua produção, onde que os agricultores familiares e assentados estão naturalmente mais suscetíveis. Presume-se por causa dessa dificuldade na comercialização, a principal atividade econômica realizada pelos agricultores familiares e assentados na região é a bovinocultura de corte e de leite, devido a facilidade que o gado propicia aos agricultores.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Conselhos alem dos limites. Revista Estudos avançados, São Paulo, IEA/USP, v.15, nº32, 2001.

AQUINO, J. R. Avanços e limites da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996-2008): uma reflexão crítica. In: Anais do XLVII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), Porto Alegre/RS, 2009.

AQUINO, J. R. SCHNEIDER, S. (Des) caminhos da política de crédito do PRONAF na luta contra a pobreza e a desigualdade social no Brasil rural. I Conferência Nacional de Políticas Públicas contra a pobreza e a desigualdade. Natal, 2010.

AROCHA, Edvalda Pereira Torres Lins. AGRICULTURA FAMILIAR NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: Estudo de oportunidades e de desafios. 2012. 182 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental) Universidade do Estado da Bahia, Campus VIII, Paulo Afonso/BA. 2012.

Atlas do Desenvolvimento do Brasil Perfil do Município de Guarantã do Norte.

Disponível

em:

<http://portal.cnm.org.br/sites/6700/6745/AtlasIDHM2013_Perfil_Guaranta-Do
http://portal.cnm.org.br/sites/6700/6745/AtlasIDHM2013_Perfil_Guaranta-Do-Norte_mt.pdf> Acesso em: 10 out. 2016.

AZEVEDO, L. (2014) A Relação Entre o PNAE e a Agricultura Familiar: VIRTUDES E PROBLEMAS DE GESTÃO. Natal, 2014, 41p.

BANCO CENTRAL. Anuário estatístico do crédito rural (Até 2012). Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?RELRURAL>. Acesso em: 20: nov. 2016.

CALSAVARA, CRUZ. Análise da concentração de recursos do PRONAF. 2011. Disponível em: <<http://www.inagrodf.com.br/revista/index.php/SDR/article/viewFile/181/145>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

CONAB. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conab-quemSomos.php>> Acesso em: 20 nov. 2016.

CONCEIÇÃO, J.: Política de Comercialização Agrícola no Brasil, In: *Conceição J. Políticas de desenvolvimento rural no Brasil*, p.129 a 151, em 2015, Porto Alegre.

CORDEIRO, A. Resultados do programa de aquisição de alimentos – PAA: a perspectiva dos beneficiários. Brasília: CONAB, 2007.

COSTA, L. A Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM. Câmara dos Deputados. Brasília. Julho, 2015.

DELGADO, Guilherme. Estoques governamentais e alimentos e preços públicos. Brasília: IPEA, dez. 1995.

DENARDI, Reni Antônio. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável, Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, V.2, n.3, jul/set 2001. p.56-62. Disponível em: . Acesso em: 24 nov. 2016.

FNDE. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/> Acesso em: 15 nov. 2016.

JÚNIOR, A. Alceu Luís Castilho. Partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro. São Paulo: Contexto, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n16/0103-3352-rbcpol-16-00295.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2016.

MATTEI, L. Políticas de Fomento à produção familiar no Brasil: O caso recente do PRONAF. In: XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de economia e Sociologia Rural. Fortaleza, CE: julho de 2006.

MDA. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário. Disponível em: [:http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/base-de-dados-do-https://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/base-de-dados-do-cr%C3%A9dito-pronafcr%C3%A9dito-pronaf](http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/base-de-dados-do-https://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/base-de-dados-do-cr%C3%A9dito-pronafcr%C3%A9dito-pronaf). Acesso em: 23 nov. 2016.

MINEO, João Carlos Farcic. Estudo sobre a possibilidade de redução do risco de preço de commodities agrícolas via mercado de futuros no Brasil. Curitiba, 2010, p. 73. Disponível em: . Acesso em: 18 out. 2016.

GRISA, SCHMITT, LAURO, MATTEI, MALUF, LEITE. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. setembro de 2011. Disponível em: <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2011/11/artigo-6.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2016.

GRISA, SCHMITT, LAURO, MATTEI, MALUF, LEITE. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Perspectiva: Apontamentos e Questões para o Debate. Juazeiro: Actionaid Brasil, 2009, 24 p.

Grisa C. e Schneider S.: Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil, In: Grisa C. e Schneider S. políticas de desenvolvimento rural no Brasil, p. 19 a 50, em 2015, Porto Alegre.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Mato Grosso, Guarantã do Norte.

Disponível em:

: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=510410>. Acesso em 9 nov. 2016.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) Assentamentos.

Disponível em: <http://www.incra.gov.br/assentamento>. Acesso em: 10 nov. 2016.

MATTEI, L. Políticas públicas de combate à fome: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar no Estado de Santa Catarina. Sociedade e desenvolvimento rural, v. 1, n. 1, 2007

Panorama da Compra de Alimentos da Agricultura Familiar Para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v18n4/04.pdf> Acesso em: 20 nov. 2016.

PEROVANO, Dalton Gean. Manual de Metodologia Científica. São Paulo, Juruá, 2014.

Presidência da República. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm. Acesso em: 27 nov.2016.

Regularização Ambiental e Diagnostico dos Sistemas Agrários dos Assentamentos da Região Norte do Estado do Mato Grosso (RADIS). Disponível em: <http://projetoradisunb.com.br/projeto.php>. Acesso em: 28 set. 2016.

RIBEIRO, Ana Lúcia de Paula et al. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a participação da agricultura familiar em municípios do Rio Grande do Sul. Revista Gestão e Desenvolvimento em Contexto – GEDECON. Vol. 1, nº 01, 2013.

SARAIVA, Elisa Braga et al. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Scielo Brasil. Ciênc. Saúde Coletiva, vol.18, nº 4, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em:<
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141381232013000400004&script=sci_arttext>.

Acesso em: 21 nov. 2016.

SARAIVA, SILVA, SOUSA, CERQUEIRA, CHAGAS, TORAL Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Brasil, 2012. Disponível em : < <http://www.scielo.br/pdf/csc/v18n4/04.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.